

RESENHA

Chutando a Escada

Raimundo Ferreira de Vasconcelos¹

Chutando a escada foi o título escolhido por Há-Joon Chang para seu atualizado e oportuno livro que tem ainda por subtítulo, a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. Ao longo de suas 266 páginas, o autor nos estimula a fugir do pensamento único, encetado pelo mainstream econômico, capitaneado pelas instituições de Bretton Woods, e que corrobora a idéia do fazes o que digo, mas evitas o que fiz(emos) em busca do desenvolvimento.

Tal “chute na escada” refere-se a uma metáfora empregada pelo economista alemão, Friedrich List, em sua obra de cunho nacionalista intitulada de, O Sistema Nacional de Economia Política (1841), na qual já identificava o protecionismo imanente às políticas comercial e industrial, praticadas pelos principais países ocidentais, à época. O próprio Chang chama atenção para as críticas de List debruçadas sobre o então berço do liberalismo, representado pelos Estados Unidos e Inglaterra, ao denotar que esta última fora a pioneira a aperfeiçoar os argumentos em defesa da indústria infante ou nascente. Ancorado na evolução histórica dos países ricos, além de amplas evidências estatísticas e fontes bibliográficas, Chang nos mostra o quão diferente é o discurso da prática, quando visualizamos os caminhos trilhados pelas nações do Norte, rumo ao desenvolvimento, denotando ainda, incoerências no discurso “impositivo” destas mesmas nações, quando se referem às políticas e instituições a serem implementadas pelas nações do Sul na busca da riqueza e do desenvolvimento.

Ao longo dos quatro capítulos, focados no século XIX e início do séc. XX, mas dilatando-se o olhar – a montante e a jusante – em certos momentos, seus leitores dar-se-ão conta de que o mundo rico de hoje já foi muito protecionista, intervencionista (via Estado), pouco ou nada democrático; utilizou trabalho infantil (crianças entre nove e catorze anos de idade, trabalhavam de 12 a 16 horas diárias); desrespeitou a lei de patentes e os direitos autorais; seu sistema judiciário e os bancos centrais nada tinham de independência política; suas instituições eram frágeis e até menos evoluídas quando comparadas às suas congêneres nos países em estágios semelhantes de desenvolvimento.

O primeiro capítulo de Chutando a Escada introduz o leitor ao tema, ao focar as “boas políticas”, e esse qualitativo quer dizer afinadas com o Consenso de Washington, e as “boas instituições”, corroboradas pelo mercado, democracia, judiciário e banco central politicamente independentes, as quais subsistem no mundo desenvolvido, sobretudo no de origem anglo-saxão. Estas “boas” políticas e instituições serão conducentes – segundo o establishment – ao desenvolvimento econômico ao serem implementadas pelo mundo subdesenvolvido.

Dito de outro modo, na atualidade perdura a idéia de que tudo aquilo que seja benéfico aos EUA também o será para as demais nações. O receituário é bem conhecido: livre

¹ Economista, doutor em sociologia econômica e mestre em economia política.

mercado, democracia, reformas fiscais, trabalhista, previdenciária, independência do banco central, privatizações, reduções do custo-país e do custo de conflitos, a exemplo de reformulações na lei de falências etc. E nessa tentativa forçada de se igualar os desiguais, evidentemente há erros tanto de diagnóstico quanto de prognóstico e o que é pior, a indicação de medicamento único para males tão distintos.

O autor prossegue com algumas questões de natureza metodológica, ao ressaltar a relevância do método histórico, de raciocínio indutivo, para se analisar o desenvolvimento econômico, mas lamenta-se pelo fato de tal raciocínio ter sido arrestado pelo pensamento neoclássico, o qual também rejeita o referido aparato analítico, tornando, portanto, atemporal as discussões acerca do desenvolvimento. E o desfecho deste primeiro capítulo remete a um detalhamento dos três outros que compõem a obra.

No capítulo segundo, o mais longo de todos, o autor nos remete à perspectiva histórica das políticas industrial, comercial e tecnológica praticadas pela Grã-Bretanha, Estados Unidos, Alemanha, França, Suécia, Bélgica, Holanda, Suíça, Japão, Coreia e Taiwan. Embora a Alemanha seja visualizada como o nascedouro das práticas protecionistas à indústria nascente, verificamos que esse protecionismo assumiu maior relevância para a indústria infante de Estados Unidos e Grã-Bretanha.

Chama atenção, também, o fato de países como a Suíça e a Holanda terem adotado o reconhecimento de patentes apenas em 1907 e 1912, respectivamente. Não foi à toa que o pequeno território suíço alcançou notável desenvolvimento na indústria químico-farmacêutica (pirateando aos alemães), além de extraordinário sucesso na indústria alimentícia, e a Nestlé é um bom exemplo disso, através de investimentos externos diretos, atraídos pelo não reconhecimento de patentes.

Também é digno de nota que, no século XIX, o livre comércio tenha sido imposto por países desenvolvidos – papel protagonizado pela Grã-Bretanha – aos países subdesenvolvidos e com pretensões de se industrializarem, os quais foram obrigados a assinar os denominados “tratados desiguais”, e que consistiam na adoção de 5% como teto tarifário.

Na América Latina, o Brasil foi o primeiro a se submeter aos referidos tratados, em 1810, e portanto, logo após a tão decantada abertura de nossos portos, em 1808. De tal submissão também foram vítimas a China, o Sião (atual Tailândia), a Pérsia (atual Irã), o Império Otomano (atual Turquia) e o Japão que, com o mesmo ferro, feriu a Coreia, em 1876.

Já o capítulo terceiro enfoca a perspectiva histórica da “boa governança” proporcionada pelas instituições. E mesmo reconhecendo a ausência consensual na correlação direta entre desenvolvimento econômico e progresso institucional, o autor traça um perfil institucional de países hoje desenvolvidos à época em que ainda estavam na busca do desenvolvimento, enfatizando primordialmente instituições como a democracia, a burocracia e o judiciário, os direitos de propriedade, a governança empresarial, as instituições financeiras públicas e privadas, além das instituições previdenciárias e trabalhistas.

Pelo comparativo do processo de desenvolvimento institucional nos países desenvolvidos com o dos atuais países em desenvolvimento, o autor conclui que estes, em muitos casos, apresentam um padrão superior aos dos primeiros. Para citar apenas o exemplo da democracia, vejamos a época de adoção do sufrágio universal em alguns países: Alemanha, França e Itália (1946); Japão (1952); EUA (1965); Portugal e Canadá (1970); Suíça (1971); Índia, Paquistão, Bangladesh, México, Venezuela e Argentina (1947); Peru (1956); Colômbia (1957); Brasil (1977).

O autor contribui aqui para aguçar o debate sobre a adoção do sufrágio universal pelo Brasil ao apontar como demarcação o ano de 1977. Na realidade, há quem admita isso já em 1894, quando da primeira eleição republicana em nosso país; já outros apontam para o ano de 1933, quando se concedeu à mulher brasileira o direito de votar, mas permaneceram excluídos desse direito tanto os analfabetos quanto parte do estamento militar. Decorrente disso, alguns analistas preferem citar o ano de 1988 como sendo aquele em que, de fato, o Brasil adota o sufrágio universal. E sobre este último ponto de vista comunga o autor desta resenha, não sem antes sublinhar que democracia completa, no meu modo de entender, não é sinônimo de sufrágio universal, pois não basta a democracia política se estão ausentes as democracias econômica e social.

No quarto e último capítulo, batizado de lições para o presente, o autor reafirma o argumento de que os países desenvolvidos praticaram exatamente o oposto do receituário hoje indicado aos países em desenvolvimento. Ele na verdade reedifica historicamente a escada protecionista que as nações avançadas preferem esquecer, mas o que aos olhos escapa, a memória alcança.

Uma das fragilidades do texto, admitida pelo próprio autor, reside na utilização da renda per capita (com suas reconhecidas limitações) para aferir estágios de desenvolvimento; situação semelhante ocorre quando o autor correlaciona positivamente o progresso institucional com o desenvolvimento econômico. E uma outra debilidade, desta feita não assumida, encontra-se no reducionismo do sufrágio universal como medidor do estado democrático. Não obstante, nenhuma delas e nem mesmo o seu conjunto é capaz de comprometer o texto em sua amplitude e relevância, nem o objetivo a que se propôs seu autor, qual seja, o de provar com dados e argumentos convincentes que os países desenvolvidos, de fato, chutaram a escada (e continuam a fazê-lo) pela qual atingiram o topo do desenvolvimento, além de reafirmar a importância do método histórico, concreto, indutivo, na análise da trajetória desenvolvimentista.

Trata-se pois de uma obra merecedora da atenção de acadêmicos, police makers e estudiosos em geral dos processos de desenvolvimento, e em particular, daqueles que se inquietam com o atual pensamento único, o qual tenta igualar os desiguais, além de sugerir medidas para acelerar o desenvolvimento quando antes o retardam.

Sobre a obra:

Chutando a Escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

Título original: Kicking Away the Ladder – development Strategy in historical perspective.

Tradução de Luiz Antônio Oliveira de Araújo.

Formato: 14 x 21 cm; 266 pp. R\$39,00

Sobre o autor:

Ha-Joon Chang é diretor-assistente de estudos sobre o desenvolvimento na University of Cambridge. Foi consultor da ONU, do Banco Mundial e do Asian Development Bank. Publicou vários artigos sobre a teoria do Estado, do mercado e das instituições, dentre outros sobre as economias em transição.

